

Eixo temático social

Teoria

A análise de questões sociais é importante para a construção de seus argumentos e propostas de intervenção na redação do Enem por levar em conta o fato de que a prova pode abordar temáticas de ordem social, científica, cultural ou política. Nesse sentido, confira abaixo os temas que já caíram na prova e possuem relação com a discussão dessa aula:

- **Enem 1999:** Cidadania e participação social.
- **Enem 2000:** Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?
- **Enem 2001:** Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?
- **Enem 2002:** O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?
- **Enem 2013:** Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil.
- **Enem 2019:** Democratização do acesso ao cinema no Brasil.
- **Enem 2021:** Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil.

Note que os temas anteriores possuem relação direta com o governo, por exemplo: leis, participação social e garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Dessa forma, veremos a definição de governo, conceitos que podemos garantir para a construção da autoria argumentativa e como utilizar esses conhecimentos na hora da escrita.

Mas afinal, qual é a definição de governo e a importância dele em uma nação?

O governo tem, por definição, a capacidade de exercer controle. Sendo assim, em uma sociedade, tem como função comandar (propor leis, ações afirmativas, medidas) um senso comum (interesse de um povo, de um autoritário, de uma pequena parcela social, etc).

Qual é o sistema de governo atual do Brasil e como ele funciona?

O sistema de governo usado pelo Brasil é o presidencialismo, no qual o maior nível de poder se concentra no presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O presidencialismo é considerado um dos mais modernos regimes de governo em que a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) domina as questões sociais.

Os ministérios do Brasil são órgãos do poder executivo federal brasileiro. Cada ministério é responsável por uma área específica e é liderado por um ministro ou ministro-chefe. O titular da pasta é escolhido pelo presidente da República.

O que a legislação aborda sobre **questões sociais (governo)**?

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

SEÇÃO IV DOS MINISTROS DE ESTADO

Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

- I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;
- II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
- III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;
- IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

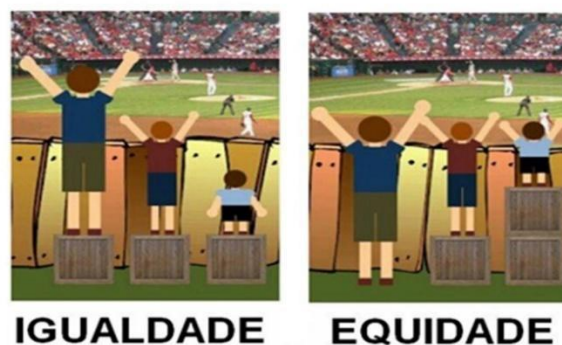
Exercícios

1. Explique em que consistem os seguintes indicadores:
 - (A) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
 - (B) Índice de Gini.

2. É comum, hoje, atribuímos aos governantes a responsabilidade por diversos problemas enraizados na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, é possível perceber, por parte do governo, tentativas de combater esses vícios por meio de ações afirmativas. Nesse sentido, faça o que se pede.
 - (A) Conceitue as chamadas ações afirmativas.
 - (B) Estabeleça as qualidades e os limites desse tipo de medida.

3. Após o período do regime militar pelo qual nosso país passou, é comum nos depararmos com brasileiros orgulhosos de viver em uma real democracia.
 - (A) Quais são os pilares fundamentais de um regime democrático?
 - (B) Estabeleça os problemas ou limites inerentes à visão do Brasil como um país verdadeiramente democrático.

4. Observe a imagem abaixo:



Disponível em: <https://jornalatual.com.br/2019/06/07/igualdade-e-equidade/>

O **princípio da igualdade perante a lei**, evocado por muitos em questões polêmicas como as cotas raciais, carece de um entendimento mais aprofundado pelo público “leigo”. Aprofunde a visão comum acerca desse princípio, fundamentando-a a partir da noção Aristotélica de igualdade.

5. Em que consiste o modelo neoliberal de Boa Governança, apregoado pelo chamado Consenso de Washington? Até que ponto, hoje, esse modelo parece ter se mostrado eficaz no que diz respeito à prosperidade dos países menos desenvolvidos?

6. Nos últimos tempos, as empresas privadas não raramente passaram a incluir em seus objetivos institucionais aquilo que se convencionou chamar de responsabilidade social, conceito que se originou da distinção entre empresa e negócio.

(A) Caracterize o que é “responsabilidade social”.

(B) Em que medida as empresas brasileiras parecem se adequar a essa nova realidade?

7. Analise o cartum abaixo e explique a função dos três poderes no Brasil.



Disponível em: <https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2016/03/os-tres-poderes.png>

8. Leia o fragmento abaixo:

Tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil. Sendo assim, o Governo Federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que proíbam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada. Além disso, a sociedade, como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários sintam-se pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática.

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf

Em relação à apresentação do agente e detalhamento na proposta de intervenção, justifique se a informação foi bem aplicada em relação à função dos três poderes no Brasil.

9. O presidencialismo é o regime político aplicado no Brasil. Assim sendo, o presidente é o chefe de Estado e de Governo. Para conduzir os trabalhos, ele nomeia ministros, que são seus auxiliares máximos no Poder Executivo. Nesse sentido, explique qual é a função de um ministro no governo brasileiro.

10. Leia o parágrafo de conclusão abaixo:

Tema: A educação brasileira na sociedade contemporânea

Portanto, podemos concluir que o desenvolvimento de um país está diretamente ligado à educação. Nesse prisma, é primordial aumentar os investimentos na qualificação dos educadores, otimizar estruturas escolares para que estas atendam integralmente os alunos e também financiar pesquisas, que atualmente acabam por repelir grandes representantes nacionais. E a proporcionalidade direta é matematicamente comprovada: quanto mais se investir na educação, mais os resultados serão positivos.

Por mais que haja uma preocupação governamental implícita para a resolução da problemática, o agente não foi indicado. Apresente qual seria o ator social mais indicado para esse trecho.

Gabarito

1. Resposta das alternativas:

- (A) O IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população.
- (B) O índice de Gini promove a medição do grau de desigualdade em determinado ambiente/sociedade. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, em que zero corresponde a uma completa igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita) e um corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas.

2. Resposta das alternativas:

- (A) Ações afirmativas são medidas do Estado que visam promover a inclusão de algumas minorias sociais. (Exemplo: Cotas, ProUni, Minha Casa Minha Vida, etc).
- (B) As ações afirmativas produzem causas e medidas durante um curto período de tempo, ou seja, curto prazo. Assim, as limitações progridem a partir de um instante em que o real foco da problemática não é solucionado. Ou seja, para não haver mais a existência de cotas, deve ocorrer uma manutenção no ensino público e uma equidade em relação às outras etnias que contemplam uma minoria social.

3. Resposta das alternativas:

- (A) Os pilares de um regime democrático consistem em igualdade, liberdade e equidade perante à lei.
- (B) O Brasil não é uma democracia representativa, na qual os eleitores escolhem os seus candidatos para que os representem na esfera governamental. No entanto, o grande problema acerca dessa questão é que nem todo representante consegue agradar completamente os seus eleitores e, por isso, muitas vezes essa representação torna-se falha.

4. Segundo Aristóteles, deve-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.

5. O consenso de Washington realizou uma série de recomendações, visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. O objetivo dos pontos dessa reunião era o de "acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda". Dessa forma, as recomendações apresentadas giraram em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

6. Resposta das alternativas:

- (A) A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovem o bem-estar dos seus públicos interno e externo. É uma prática voluntária, pois não deve ser confundida exclusivamente com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo).
 - (B) As empresas parecem se adequar a essa nova realidade pelo fato de a maior parte delas adotarem uma postura socialmente responsável, em busca de um crescimento mais sustentável, ganhos de imagem e visibilidade, e serem menos propícias a litígios ou problemas judiciais.
-

7. O **poder executivo** dirige o governo e representa o país no exterior. É quem toma decisões sobre economia, investimentos, construção e conservação de escolas, hospitais, estradas, etc. Quem exerce é o presidente da república, os governadores de estado e os prefeitos. Além disso, os representantes do **poder legislativo** são os responsáveis por votarem nas leis em nome da população e fiscalizar atos do Executivo. É exercido por senadores e deputados federais, no âmbito nacional, nos estados, pelos deputados estaduais (no DF, distritais), e nos municípios, pelos vereadores. Já o **poder judiciário** aplica as leis, decidindo conflitos dos cidadãos entre si e entre os cidadãos e o Estado. Quem exerce são os juízes nas diversas instâncias e âmbitos da Justiça.
 8. No fragmento apresentado, o candidato apresentou o Governo Federal como agente da proposta de intervenção e detalhou essa informação, explicando que essa instituição governamental é a “instância máxima de administração executiva” e fazendo referência à função do poder executivo, que é representar o país no exterior e tomar decisões internas de administração. Assim, utilizou-se de um repertório sociocultural acerca do funcionamento do país, para propor uma amenização do problema apresentado no tema.
 9. De acordo com o artigo 87 da Constituição Federal, são atribuições de um ministro:
 - Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo presidente da República;
 - Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
 - Apresentar ao presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;
 - Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo presidente da República.

De acordo com o site oficial do Governo Federal, “os **ministérios integram a cúpula administrativa. São diretamente subordinados ao presidente da República**, auxiliando no exercício do Poder Executivo. Possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência” e “também cabe a eles estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais”.
 10. Para uma proposta de intervenção, é necessário desenvolver, de forma explícita, a função de cada solucionador na problemática. Sendo assim, o governo, especificamente o Ministério da Educação, deveria garantir um papel mais importante em relação à igualdade e à democracia por parte de uma sociedade.
-